



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 4ª (QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 16 (*dezesseis*) dias do mês de julho do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 4ª (*quarta*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Leilson Oliveira Cunha, Maria Elineide Silva e Souza, Henrique José Leal Jereissati, Rafael Pereira de Souza, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Marcus Mota de Paula Cavalcante. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, anunciando os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/1870/2017 – Auto de Infração: 1/201701635. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: AUTONORTE VEÍCULOS LTDA. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, para decidir nos seguintes termos: **1. Quanto a preliminar de nulidade suscitada, por ocasião da defesa, sob o argumento de que o valor da base de cálculo apontada pela fiscalização não corresponde aos valores reais dos documentos fiscais** – Afastada, por unanimidade de votos, por se tratar de erro material corrigido no julgamento singular, nos termos do art. 84 da Lei nº 15.614/2014, e considerando que ficou comprovado o pleno exercício do direito de defesa do contribuinte. **2. No mérito, por maioria de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve dar provimento em parte ao Reexame Necessário interposto, para decidir pela **parcial procedência** da autuação, mantendo os valores das notas fiscais nos termos do julgamento singular e comprovação do Sistema Corporativo da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e Corporativo, entretanto atribuindo a penalidade da forma a seguir descrita:** a) para as operações tributadas aplicar a penalidade prevista art. 123, III, “g” da Lei nº 12.670/96, em sua redação originária; b) Quanto às notas fiscais referentes ao regime de Substituição Tributária Aplicar a penalidade prevista do art. 123, III, “g” c/c o art. 126 da Lei nº 12.670/96, com redação dada pela Lei nº 13.418/2003. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora, conforme manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado e em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. Vencidos os Conselheiros Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Rafael Pereira de Souza que se manifestaram pela aplicação da penalidade do art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com redação dada pela Lei nº 13.418/2017, conforme Parecer da Assessoria Processual Tributária. O Conselheiro Leilson Oliveira Cunha divergiu do voto da Relatora apenas com relação a penalidade referente às operações de substituição tributária, por entender aplicável o art. 126 da Lei nº 12.670/96

de forma autônoma. **Processo de Recurso nº 1/1872/2017 – Auto de Infração: 1/201701645. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: AUTONORTE VEÍCULOS LTDA. Relator: CONSELHEIRO WANDER ARAÚJO DE MAGALHÃES UCHÔA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, para decidir nos seguintes termos: **1. Quanto a preliminar de nulidade suscitada, por ocasião da defesa, sob o argumento de que o valor da base de cálculo apontada pela fiscalização não corresponde aos valores reais dos documentos fiscais – Afastada, por unanimidade de votos, por se tratar de erro material corrigido no julgamento singular, nos termos do art. 84 da Lei nº 15.614/2014, e considerando que ficou comprovado o pleno exercício do direito de defesa do contribuinte.** 2. No mérito, por maioria de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve dar provimento em parte ao Reexame Necessário para decidir pela **parcial procedência** da autuação, mantendo os valores das notas fiscais nos termos do julgamento singular e comprovação do Sistema Corporativo da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e Corporativa, entretanto aplicando a penalidade do art. 123, III, “g” da Lei nº 12.670/96, na redação originária. Decisão nos termos do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo Conselheiro Marcus Mota de Paula Cavalcante, que ficou designado para lavrar a Resolução, de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, e em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. Vencidos os Conselheiros Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Rafael Pereira de Souza que se manifestaram pela aplicação da penalidade prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96 com redação dada pela Lei nº 16.258/2017, conforme o Parecer da Assessoria Processual Tributária. **Processo de Recurso nº 1/3342/2017 – Auto de Infração: 1/201702058. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: CENTRAL DE REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA. Relator: CONSELHEIRO RAFAEL PEREIRA DE SOUZA. Decisão:** O Sr. Presidente, na forma regimental, concedeu **vista** dos autos a Conselheira Maria Elineide Silva e Souza, que a requereu com o intuito de analisar as notas fiscais de desfazimento das operações e verificar os percentuais de carga líquida aplicáveis à época dos fatos geradores. **Processo de Recurso nº 1/3341/2017 – Auto de Infração: 1/201702057. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: CENTRAL DE REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** O Sr. Presidente, na forma regimental, concedeu **vista** dos autos ao Conselheiro Leilson Oliveira Cunha, que a requereu com o intuito de analisar as notas fiscais de desfazimento das operações e verificar os percentuais de carga líquida aplicáveis à época dos fatos geradores. **Assuntos Gerais:** Compareceu a esta sessão, na condição de ouvinte, a Conselheira Suplente, Dra. Lúcia de Fátima Dantas Muniz. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 17 de julho do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA